



I^a Reunião Ordinária do GNDH – Ano 2017 Ata de Reunião da Comissão Permanente COPEDUC

Data: 15, 16 e 17 de março de 2017	Local: Ministério Público do Estado da Paraíba
Horário (início): 9h30	Horário (término): 18h00

Objetivo da Reunião:

Tratar dos temas atinentes à Comissão Permanente de Educação (COPEDUC) e definir atuação, em especial para tratar dos seguintes temas:

- (1) Reforma do Ensino Médio e Desafios para o Ministério Público.
- (2) Apresentação do Projeto JOÃO CIDADÃO, para sensibilização para multiplicação do projeto nas escolas.
- (3) Decisão sobre retomada dos projetos prioritários: (1) Educação Infantil e (2) Financiamento da Educação (art. 212 da CF).
- (4) Apresentação da nova plataforma do Projeto MPEDUC (MPF-MPE) e Coordenações Estaduais.
- (5) Qualidade da Educação e mudança sistêmica de postura Educacional, a experiência de Alagoas.
- (6) No tema transporte escolar, foi apresentado o Projeto Prioridade Absoluta do Instituto Alana – Projeto de parceria para Roteiro de Atuação para fiscalização do transporte escolar, com Termo de Cooperação firmado com o MPCE.
- (7) Educação Inclusiva – pesquisa sobre Educação Inclusiva realizada pela UNESCO-MEC.
- (8) Evasão e Reprovação escolar. O Ministério Público e o enfrentamento da evasão e reprovação escolar.
- (9) Eleição da Coordenação da COPEDUC, discussões finais, elaboração de enunciados e encerramento da Ata.

Participante	Cargo/Unidade	Assinatura
Douglas Lingiardi Strachicini	MPMT – Coordenação	
Sandra Soares de Pontes	MPMA – Coordenação	
Rosângela Corrêa da Rosa	MPRS – Coordenação	
Eleonora Marise Silva Rodrigues	MPPE	
Elisabeth Maria Almeida de Oliveira	MPCE	
Francisco Elnatan Carlos Oliveira	MPCE	
Ioná Silva de Souza Nunes	MPPA	



Participante	Cargo/Unidade	Assinatura
Douglas Lingiardi Strachicini	MPMT – Coordenação	
Sandra Soares de Pontes	MPMA – Coordenação	
Rosângela Corrêa da Rosa	MPRS – Coordenação	
Eleonora Marise Silva Rodrigues	MPPE	
Elisabeth Maria Almeida de Oliveira	MPCE	
Judith Gonçalves Teles	MPAP	
Maria Cristina Manella Cordeiro	MPF-RJ	
Paulo Silvestre Avelar Silva	MPMA	
Débora da Silva Vicente	MPRJ	
Ricardo Coelho de Carvalho	MPAC	
Sérgio Fernando R. Harfouche	MPMS	
Almir Fernandes Branco	MPAC	
Renata Vieira Carbonel Cyrne	MPRJ	
Liana Antunes Vieira Tormin	MPGO	
Cátia Gisele M. Vergara	MPDFT	
Iveluska Alves X. Costa Lemos	MPRN	
Soraya S. Nobrega Escorel	MPPB	
Maria Cecília Pontes Carnaúba	MPAL	
Daniela Yokoyama	MPMG	
Alexandro Sampaio Santana	MPSE	
Eduardo Cambi	MPPR	Convidado: 15.03.17
Luis Nicomedes de F. Neto	MPPB	
Roberto da Silva Alvares	MPAP	
Antônio Carlos Ozório	MPSP	
Camila de Melo Baptista Abelha	MPES	
Lúcia de Assis	MPPE	Convidada: 16.03.17

ASSUNTOS EM PAUTA

Dia 15.03.2017 – Manhã

1. Apresentação dos participantes

2. Reforma do Ensino Médio

Reforma do Ensino Médio: Desafios para o Ministério Público

– Dra. Sandra Soares Pontes (MPMA), Dr. Antônio Carlos Ozório (MPSP) e Shirlei Elziane (Doutora em Educação e Pedagoga MPPB)



A Dra. Sandra apresentou texto sobre o tema, “Reforma do Ensino Médio: desafios a enfrentar”, que será remetido aos participantes através do e-mail do Grupo dos participantes da COPEDUC.

O Dr. Ozório fez questionamentos sobre a reforma, com destaque para a falta programa de formação dos professores; privatização da educação, com uso de espaço público por instituições privadas, sem contrapartida, e na área técnica; falta de base nacional curricular comum (BNCC); inexistência de previsão de financiamento e para salário do magistério. Como atuará o Ministério Público? Convidou para o “SEMINÁRIO: AS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO”, no MPSP, dias 30 e 31.03.2017. O material da palestra será remetido aos participantes.

A Dra. Shirlei questionou qual o papel do Ministério Público para garantir a educação como direito e não como privilégio. Questiona a falta de formação de professores e a improvisação com a rápida formação de outros técnicos quanto faltam professores. Falou da (Re)forma do Ensino Médio, como retrocesso, retirada das ciências humanas, financiamento, permite que profissionais sem formação ministrem aulas. O material da palestra será remetido aos participantes.

Deliberou-se ser prematuro elaborar enunciado sobre o tema.

Dia 15.03.2017 – Tarde

3. Informes da Reunião de Coordenadores: A IIª Reunião Ordinária do GNDH foi agendada para os dias 13, 14 e 15 de setembro de 2017, em Florianópolis/SC. O tema transversal de 2017 escolhido pelo CNMP/CDDF foi a Ação Nacional de Promoção da Igualdade, devendo os Ministérios Públicos promover ações em todas as áreas, incluindo a educação. O evento do CNMP, Ministério Público e Movimentos Sociais, será realizado dias 05 a 09 de junho de 2017, em Brasília/DF.

4. A Dra. Maria Cristina Manella (MPF-RJ) apresentou questões do Grupo de Trabalho de Educação do CNMP, para o evento Ministério Público e Movimentos Sociais, para discussão e propostas de redação pela COPEDUC. Foi debatida indicação de movimentos sociais a serem convidados para debate da prática de gestão democrática, sendo sugeridos: o Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educa-



ção (UNCME); a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

5. Debate sobre os desafios a enfrentar na reforma do ensino médio.

6. Debate sobre atuação da COPEDUC e das Promotorias de Educação: A Dra. Sandra Pontes (MPMA) formulou propostas para (a) a retomada da discussão da taxionomia da educação, para encaminhar ao CNMP; (b) do manual de atuação dos Promotores de Educação; (c) da retomada de interlocução com o MEC, Fórum Nacional de Educação, para que reconheçam a COPEDUC como representação nacional dos Ministérios Públicos na área da educação. A Colega Débora (MPRJ) disponibiliza o trabalho de taxionomia na educação realizado no MPRJ. No RJ, escolheram dois eixos de atuação permanente de atuação: Controle Social e Paz nas Escolas. O Colega Osório (MPSP) cita o foco de atuação de São Paulo, de fomento a gestão democrática na escola, como forma de superar a atual dificuldade de financiamento.

Aprovado sugerir que o GNDH solicite reedição da Recomendação do CNPG de 20.06.2013, para criação de Promotorias de Justiça (MPE) e Ofícios de Educação (MPF) e de Centros de Apoio Operacionais Especializados em Educação (CAO-Educação), ante as Recomendações CNMP nº 30/2015 e 44/2016, que dispõe sobre a atuação do Ministério Público na educação infantil e no controle do dever de gasto mínimo em educação.

Criação de grupo de trabalho para proposta de taxionomia na educação para encaminhamento ao CNMP e CNJ, pelo CNPG. Constituem o grupo, as colegas Débora Vicente (MPRJ), Maria Cristina Manella (MPF-RJ) e Antônio de Oliveira Lima (MPT).

7. Apresentação do Projeto JOÃO CIDADÃO (CNMP/CDDF), pelo Dr. Eduardo Cambi (MPPR), que trabalha Direitos Humanos, para multiplicação nas escolas de ensino médio. Os estados do Paraná, Pará, Maranhão, Amapá, Sergipe, Alagoas e Goiás, irão lançar o projeto nos estados. O RJ já desenvolveu o projeto. Os colegas afirmaram a importância de que o CNMP disponibilize mais cartilhas e material. Sugerido pelo Colega Alessandro (MPSE) o uso das redes sociais para multiplicar o material destinado aos Centros de Apoio Operacional e equipes de imprensa dos MPs. Também pode ser mostrado o vídeo nas visitas das escolas ao MP, nos programas de rádio, TV e facebook dos MPs.



Os Estados que desejarem implantar o projeto deverão contatar com integrantes da comissão: Lilia Milhomem Januário, Assessora Chefe da CDDF/CNMP <li-lijanuario@cnmp.mp.br> ou <direitosfundamentais@cnmp.mp.br>, Eduardo Cambi <eascambi@mppr.mp.br> e Douglas Strachicini <douglas.strachicini@mpmt.mp.br>

8. Por maioria absoluta, os membros da comissão deliberaram pela escolha de meta única do Planejamento Estratégico (PE) da COPEDUC, **sendo eleita a meta de financiamento da educação, porque permeia toda educação e devido ao momento nacional.** A meta 1, relativa à educação infantil, permanecerá sendo trabalhada como os demais temas do planejamento estratégico. Foi criada subcomissão, composta pelas colegas **Maria Cristina Manella (MPF-RJ), Débora Vicente (MPRJ), Daniela Yokoyama (MPMG), Iveluska Lemos (MPRN), Cátia Gisele M. Vergara (MPDFT) e Roberto Alves (MPAP), que apresentará uma proposta de ação em 30 dias.**

9. Apresentação do projeto MPEDUC (MPE-MPF), visando a melhoria do ensino básico no Brasil: Na sequência aos trabalhos da comissão, a Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro apresentou o projeto MPEDUC e as modificações do Projeto para 2018, aduzindo, em síntese: inclusão de questionário nas escolas das unidades prisionais, escolas indígenas, escolas rurais ou de campo; questionário para os alunos avaliarem as escolas, através de aplicativo de celular. Será possível escolher um ou alguns dos 08 temas para trabalhar, a partir de abril de 2017. Apresentou o site <mpeduc.mp.br>, no acesso público e restrito, e a nova plataforma do MPEDUC, com dados dos municípios do projeto (IDEB, recursos FNDE) que estão no link indicadores, gráfico da execução e resultados do projeto. Em breve, as Promotorias/Procuradorias locais irão alimentar os dados do município que executam o projeto. O Projeto está sendo executado em todos os Estados e em cerca de 300 (trezentos) municípios. Será apresentado no CNPG e proposto considerar a atuação dos promotores, procuradores e servidores nas promoções e remoções.

Dia 16.03.2017 – Manhã



10. Qualidade na Educação – Apresentação sobre a qualidade da Educação e mudança sistêmica de postura Educacional e de Projeto que está sendo desenvolvido em Alagoas – Dra. Cecília Carnaúba (MPAL).

11. A Dra. Sandra Pontes compartilhou o ajuizamento de ACP no Maranhão, a partir da Ação Interinstitucional entre o MPMA, AGU, TCU, TCE/MA e Ministério da Transparência (“O DINHEIRO DO FUNDEF É DA EDUCAÇÃO. POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS OS MARANHENSES”) com o objetivo de anular os contratos firmados pelos Entes Públicos com escritórios de advocacia para recebimento dos valores decorrentes de diferenças do FUNDEF, via processos de inexigibilidade de licitação. Isso porque a Lei do FUNDEF determinou expressamente que seus recursos fossem obrigatoriamente aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do magistério.

12. Foi proposta e aprovada apresentação de boas experiências no XXII Congresso Nacional do Ministério Público, dentro do tema “Três décadas da CF 88: os novos desafios do MP”. A Coordenação providenciará.

13. Noticiado que o CNMP, na Carta de Brasília, orienta aos MPs que valorizem a atuação extrajudicial dos membros do MP, inclusive nas promoções. Está sendo avaliados nas inspeções do CNMP. A Coordenação remeterá para todos, cópia da Carta de Brasília (COGER/CNMP).

14. No tema **transporte escolar**, foi apresentado o Projeto Prioridade Absoluta do Instituto Alana – Projeto de parceria para Roteiro de Atuação para fiscalização do transporte escolar – Análise dos resultados do Termo de Cooperação firmado com o MPCE – Dra. Thaís Nascimento Dantas (Instituto Alana). Em SP, trabalha com oferta de contra turno em comunidade com vulnerabilidade. A Coordenação encaminhará material, para verificação de interesse dos MPs aderirem. O Instituto Alana irá se reunir com a Coordenação do MPEDUC.

15. Retomada do projeto prioritário do Financiamento da Educação (art. 212 da CF e Recomendação CNMP 44/2016): foi apresentada proposta de ações para 2017 pelo grupo formado em 15.03.2017. Ações: primeiro passo, reuniões regionais para apresentação e análise da LOA e PPA de um município para os Colegas, como piloto. Eixos de atuação: (1) cumprimento do art. 69 da LDB (gestão pelo Secretário de Educação, repasse do duodéci-



mo e conta específica); instauração de IC; modelos de peças para atuação. (2) fortalecimento do Conselho de Atuação do FUNDEB (CATs-FUNDEB); (3) criar cultura de análise regular dos documentos do Tribunal de Contas. Focos de atuação – MP dos Estados, MP Federal e MP de Contas. O grupo apresentará em 30 dias para COPEDUC. Sugerido incluir parcerias para formação dos CATs-FUNDEB. Criação de Subcomissão conforme consta do item “8”.

Noticiado encontro no RJ sobre financiamento e crise fiscal – informarão a data.

Aprovado convite da Associação do MP de Contas para participar da reunião da COPEDUC em setembro/2017, para discutir ação conjunta no financiamento.

Dia 16.03.2017 – Tarde

16. Apresentação do questionário remetido pela Diretoria de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – DPEE/SECADI/MEC, Dra. Erenice Natália Soares de Carvalho (UNB), informando que atualmente promove a revisão da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC, de 2008”, e para tanto conta com a participação de consultores contratados pela UNESCO. Com a finalidade de subsidiar essa revisão, a DPEE solicita contribuição das Unidades do Ministério Público no sentido de responder ao questionário “Instrumento para Obtenção de Dados do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal”.

Aprovado que os membros da COPEDUC buscarão a resposta do questionário com os Centros de Apoio de seus Estados, no prazo de 30 dias. Remeter para Coordenação da COPEDUC, que remeterá ao MEC.

17. Apresentação e discussão do tema “**O Ministério Público e o enfrentamento da evasão e reprovação escolar**” – Dra. Rosângela Corrêa da Rosa (MPRS).

Aprovação de enunciado.

PROPOSTA DE ENUNCIADO nº 001/2017:



Tema: Atuação do Ministério Público, no âmbito coletivo, para enfrentamento dos altos índices de evasão, abandono e reprovação escolar

“Para enfrentamento dos altos índices de evasão, abandono e reprovação escolar, o Ministério Público deverá priorizar a atuação extrajudicial, no âmbito coletivo, instaurando procedimento administrativo, preferencialmente por rede de ensino, para identificar as causas e fomentar o desenvolvimento de ações pelos gestores e demais atores da rede de atendimento e das escolas para enfrentamento da problemática, realizando monitoramento constante das ações e resultados”.

RESUMO TÉCNICO JURÍDICO:

- Dados do Brasil, em 2015 (Fonte: Todos pela Educação. INEP-MEC):

Abandono: 6,8% no ensino médio; 3,2% nos anos finais do ensino fundamental

Reprovação, 2014 – 11,5% no ensino médio (de cerca de 8.300.189 alunos = 954.521); - 11,1% nos anos finais do ensino fundamental (de 12.760.184 alunos = 1.416.380).

Distorção idade série (dois anos ou mais): Ensino médio – 28,2%; Anos finais do ensino fundamental – 27,3%.

– Artigo 208 da Constituição da República

– Artigos 12, V e VIII; 13, III, IV e VI, e 24, da Lei 9.394/96 (LDB).

– Lei 13.005/2014, estratégias 2.5, 3.5 e 3.9.

– Sobre a atuação extrajudicial do Ministério Público, o fundamento está no artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal e na Lei de Ação Civil Pública;

– As práticas de conciliação e mediação estão embasadas também na Resolução nº 118/2014 do CNMP.

SUGESTÃO DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

– Instauração de PA (Procedimento Administrativo) para identificação das causas, construção de fluxo ou protocolo de atuação, com acompanhamento das ações a serem desenvolvi-



das pelas redes de ensino, realizando monitoramento permanente das ações e resultados, através de reuniões com os gestores e as redes de apoio à escola.

– Priorizar-se-á a atuação extrajudicial, com uso de técnicas de monitoramento, de construção coletiva, conciliação, mediação e práticas restaurativas no ambiente escolar, construção coletiva das normas de convivência e círculos de diálogo, no ambiente escolar.

18. Eleição da Coordenação da COPEDUC.

Resultado da Eleição:

Coordenadora – Rosângela Corrêa da Rosa (MPRS)

Subcoordenadora – Sandra Soares de Pontes (MPMA)

Secretário – Douglas Lingiardi Strachicini (MPMT)

Tarefas Resultantes da Reunião	Início	Término	Responsável
Criação de grupo de trabalho para proposta de taxionomia na educação para encaminhamento ao CNMP e CNJ, pelo CNPG.	16.03.2017	01 ano	Débora Vicente (MPRJ), Maria Cristina Manella (MPF-RJ) e Antônio de Oliveira Lima (MPT)
Subcomissão para elaboração de proposta de Ações e estratégias para meta de financiamento da educação, planejamento estratégico (PE) da COPE-DUC.	16.03.2017	30 dias	Maria Cristina Manella (MPF-RJ), Débora Vicente (MPRJ), Daniela Yokoyama (MPMG) e Iveluska Lemos (MPRN), Cátia Gisele M. Vergara (MPDFT) e Roberto Alvares (MPAP)
Preenchimento do questionário “Instrumento para Obtenção de Dados do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal”	16.03.2017	30 dias	Membros da COPE-DUC dos MPEs, MPDFT e MPF
Apresentação de boas experiências no XXII Congresso Nacional do Ministério Público, dentro do tema “Três décadas da CF 88: os novos desafios do MP”.	16.03.2017	Setembro 2017	Coordenação
Retomada da interlocução com o MEC para renovar o termo de cooperação.	16.03.2017	Mai 2017	Coordenação

